



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0001817-65.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento particular**
 Documento de Origem: **Tipo de Documento dos Dados da Delegacia << Nenhuma informação disponível >> - Número Doc. e Dist. Pol. dos Dados da Delegacia << Nenhuma informação disponível >>**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Evaldo Ferrari**

Aos 21 de março de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). CARLOS EDUARDO MONTES NETTO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Evaldo Ferrari, acompanhado de defensor, o Drº **Glaudecir Jose Passador – OAB 66186/SP**. Prosseguindo foi o réu interrogado. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Antes do início dos debates orais, observo que ocorreu a prescrição virtual em relação ao crime descrito no artigo 299, caput, do CP. Com efeito, o fato ocorreu em 22.09.09. A denúncia, ao seu turno, somente foi recebida em 01.04.2014, após mais de quatro anos da ocorrência do fato. O acusado é primário e a pena mínima cominada ao delito é de um ano de reclusão., não havendo como não ser reconhecida a prescrição em concreto. Ante o exposto, julgo **extinta a punibilidade** de EVALDO FERRARI, em relação ao crime descrito no artigo 299, caput, do CP, com fundamento no artigo 107, IV, do CP. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA.**” MM. Juiz: EDVALDO FERRARI, qualificado a fls.92/93, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 299, caput, e 171, caput, ambos do Código Penal, na forma do artigo 69 do CP, porque no dia 22.09.09, em horário indeterminado, na Rua Treze de Maio, 1647, centro, no interior do estabelecimento Ferrari e Ferrari Comércio de Auto Peças de São Carlos Ltda. ME, nesta cidade e Comarca, inseriu declaração falsa diversa da que deveria constar em documento particular, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consistente em emitir nota fiscal de entrada de mercadoria, com natureza de “compra para comercialização”, no valor de R\$5.000,00. Consta, ainda, que no dia 08.09.11, em horário incerto, no mesmo local acima descrito, nesta cidade e Comarca, EDVALDO FERRARI, qualificado a fls.92/93, obteve para si, vantagem ilícita, consistente em vender mercadoria destinada à destruição, com documentos falsificados, ao comerciante Bráulio Moço, proprietário da empresa Auto Peças e Oficina Mecânica Moço e Moço Ltda, pelo valor de R\$890,00, induzindo-o e mantendo-o em erro, mediante artifício e meio fraudulento. **A ação é improcedente por insuficiência de provas em**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

relação ao delito de estelionato. Após a oitiva de Braulio e Paulo Roberto, por carta precatória (CD juntado aos autos), não ficou evidente de que o réu tenha agido com dolo para a prática de estelionato, verificando-se que o caso amolda-se mais em transação comercial. Assim, havendo dúvidas quanto ao dolo, requeiro a absolvição. **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: reitero a manifestação do Ministério Público, pela absolvição do acusado. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. EDVALDO FERRARI, qualificado a fls.92/93, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 299, *caput*, e 171, *caput*, ambos do Código Penal, na forma do artigo 69 do CP, porque no dia 22.09.09, em horário indeterminado, na Rua Treze de Maio, 1647, centro, no interior do estabelecimento Ferrari e Ferrari Comércio de Auto Peças de São Carlos Ltda. ME, nesta cidade e Comarca, inseriu declaração falsa diversa da que deveria constar em documento particular, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consistente em emitir nota fiscal de entrada de mercadoria, com natureza de “compra para comercialização”, no valor de R\$5.000,00. Consta, ainda, que no dia 08.09.11, em horário incerto, no mesmo local acima descrito, nesta cidade e Comarca, EDVALDO FERRARI, qualificado a fls.92/93, obteve para si, vantagem ilícita, consistente em vender mercadoria destinada à destruição, com documentos falsificados, ao comerciante Bráulio Moço, proprietário da empresa Auto Peças e Oficina Mecânica Moço e Moço Ltda, pelo valor de R\$890,00, induzindo-o e mantendo-o em erro, mediante artifício e meio fraudulento. Recebida a denúncia (fls.131), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.240). Em instrução foram ouvidas duas testemunhas de acusação (fls.266 e fls.296) e duas testemunhas de defesa (fls.267/268). Nesta data foi o réu interrogado, encerrando-se a instrução. Antes das alegações finais, foi reconhecida a prescrição virtual quanto ao crime descrito no artigo 299, *caput*, do CP. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição com relação ao crime de estelionato. **É o Relatório. Decido.** A acusação é improcedente. Conforme bem destacado pelo MP, não existe prova alguma de que o acusado tenha agido com dolo em relação ao crime de estelionato imputado. Milita em favor do réu, ainda, a presunção de inocência, que não foi abalada pelas provas produzidas nos autos. Ante exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** EVALDO FERRARI com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, quanto ao crime previsto no artigo 171, *caput*, do CP. Transitado em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor:

Réu: